



Análise de um Projeto Político Pedagógico: um olhar para questões de inclusão em uma escola municipal de Campo Grande-MS.

Analysis of a Political Pedagogical Project: a look at inclusion issues in a municipal school in Campo Grande-MS.

Katia Regina de Oliveira, Aparecido da Silva Júnior;

katia.oliveira@estudante.ifms.edu.br, aparecido.junior@estudante.ifms.edu.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

II Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG 2022

Resumo

Este trabalho analisa e discute sobre o Projeto Político Pedagógico - PPP- da Escola Municipal Plínio Mendes dos Santos – bairro Guanandi – Campo Grande/MS, considerando-o como ferramenta fundamental para o processo de construção da identidade e autonomia da escola, pois o documento é construído de acordo com as particularidades de cada escola e ser flexível para atender as demandas específicas dos alunos servindo de base para a construção de uma comunidade escolar segura, com objetivo de acolher os estudantes independente de sua condição física, mental ou social.

Para fundamentação teórica foram acrescentadas a esta análise referências Bibliográficas utilizadas em disciplinas do curso de especialização em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS).

A metodologia utilizada foi metodologia qualitativa observacional analítica, considerando análise documental do PPP, com o objetivo de analisar se este direciona todas as ações, metas e objetivos traçados, se a instituição caminha com segurança e sucesso em



suas finalidades, bem como poderá organizar os trabalhos administrativos, pedagógicos e políticos.

Palavras-chave: inclusão, projeto político pedagógico, escola inclusiva.

Abstract

This paper analyzes and discusses the Political Pedagogical Project - PPP - of the Municipal School Plínio Mendes dos Santos - Guanandi district - Campo Grande/MS, considering it as a fundamental tool for the process of building the identity and autonomy of the school, because the document is built according to the particularities of each school and be flexible to meet the specific demands of students serving as the basis for building a safe school community, aiming to welcome students regardless of their physical, mental or social condition.

For the theoretical foundation, bibliographic references used in the specialization course in Teaching for Professional, Scientific, and Technological Education at the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (IFMS) were added to this analysis.

The methodology employed was qualitative observational analytical methodology, considering document analysis of the PPP, with the aim of analyzing whether it directs all the actions, goals, and objectives outlined, whether the institution walks safely and successfully in its purposes, as well as being able to organize the administrative, pedagogical, and political work.

Keywords: inclusion, political pedagogical Project, inclusive school



1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial ocupa-se do atendimento e da educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas, convivência entre os alunos diferentes em gêneros, idades, e níveis de instrução, origens sociais, econômicas, culturais, formas de comportamento, tipos de deficiências ou talentos, é a realização dos objetivos da escola.

Segundo Cornelsen apud Noronha e Pinto (2022).

A lei nº 7.853,1999 reafirma a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e define como crime o ato de recusar, suspender, procrastinar, cancelar a inscrição de alunos em estabelecimento público ou privado por motivo de deficiência. “A exclusão na escola e na sociedade acontece não somente com as crianças especiais, mas com todas as crianças que se diferenciam do grupo (...)”

Para que surta o efeito desejado as discussões e a elaboração do projeto político-pedagógico devem permitir que toda a comunidade escolar participe, considerando as propostas.

Com elaboração anual obrigatória pela legislação, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), esse documento tem a essa obrigatoriedade, para que todos os membros envolvidos na comunidade escolar tenham acesso ao projeto, podendo dele participar e nele interferir sempre que necessário, a fim de que seja fruto de uma construção democrática.

1.1. Sobre o conceito de Projeto Político Pedagógico

O projeto político-pedagógico, também chamado de **PPP**, é um documento cujo escopo é definir diretrizes, metas e métodos para que a instituição de ensino consiga atingir os objetivos a que se propõe, funcionando como um guia para as ações a serem desenvolvidas na escola.

Tem o propósito primordial de melhorar a capacidade de ensino da escola como uma entidade inserida em uma sociedade democrática e de interações políticas, que como o próprio nome diz é um projeto que é político e pedagógico.

É político, porque trabalha com a função social da escola e a insere em um processo democrático e de interações sociais, até mesmo porque, a escola também é uma instituição política, e seu ensino precisa ter essa característica como norte para formar cidadãos preocupados e responsáveis em relação ao mundo em que vivem.



É **Pedagógico**, porque seus objetivos, métodos, técnicas e estratégias devem ser voltados ao processo de ensino e aprendizagem, que decorre justamente do contato constante e cotidiano com os alunos da instituição, com modo a trabalhar com detalhes todos os objetivos, diretrizes e ações que devem ser valorizados durante o processo educativo, finalidade da escola.

Em síntese, a cultura da escola precisa estar demonstrada nesse documento, os valores da instituição, sua situação presente e como melhorar os pontos em que está falhando como instituição, já que, é através do PPP que a escola define e articula quais conteúdos serão ensinados e como, a partir da realidade social, cultural e econômica em que está presente, devendo ser construído de acordo com as especificidades e particularidades de cada escola, ser flexível de modo a atender as demandas específicas dos alunos servindo de base para a construção de uma comunidade escolar segura, receptiva, colaboradora e estimulante em que todos são considerados importantes.

Isso promove a dimensão das práticas inclusivas (professores e equipe multidisciplinar, envolvendo todos na organização do processo de aprendizagem, por meio da flexibilização e adaptações curriculares (de conteúdo, métodos, avaliação), contemplando a participação de todos os alunos, considerando seus conhecimentos prévios, suas necessidades linguísticas diferenciadas e o contexto social de modo a atender as necessidades educativas atuais.

De acordo com a declaração de Salamanca na qual se lê, que assegura o direito às pessoas a educação independente de diferenças particulares, em que explicita que a escola deve oferecer serviços adequados para atender a diversidade da população.

Ademais, a declaração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 59, diz que: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades.

1.2 O Conceito de Educação Inclusiva

É visto como um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos,



percebendo o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

Descreve (Mantoan 2005, p. 96):

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas deferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro.

É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos" (NORONHA e PINTO, 2011, p.3, apud PEREIRA e FERNANDES, 2015).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Análise do PPP

O projeto político-pedagógico é entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. Essa construção parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério.

2.2 Inclusão escolar

De acordo com Noronha e Pinto (2022), a educação inclusiva é o processo onde ocorre a ampliação da participação de educandos no ensino regular, permitindo a existência de uma abertura à cultura e práticas escolares, diferenciando da educação especial que trata de atender educandos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento em instituições voltadas a essa finalidade.

No Brasil a inclusão educacional é dada como um direito universal de igualdade e respeito a vida, possui uma política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, que visa assegurar a inclusão de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ao acesso a rede regular de ensino (BRASIL, 2008).

Como afirma (Matiskei 2004), nesse processo, cada sujeito é um elemento fundamental na trama que constitui a rede que sustenta o processo inclusivo. Certamente, não podemos esperar que todos os requisitos necessários estejam prontos para que a inclusão



se concretize, de fato. Do mesmo modo, não podemos estabelecer, por meio de um decreto governamental, que ela se transforme em realidade, como em um passe de mágica, do dia para a noite: Temos a esperança de que, no próximo milênio, e, definitivamente, ocorra o corte epistemológico em torno da deficiência, substituindo-se a percepção social do aluno deficiente, como doente e limitado, para nele antever-se o adulto feliz e contributivo (o que vai depender da qualidade das oportunidades que lhes forem apresentadas (EDLER-CARVALHO, 2004, p. 25).

(Edler-Carvalho 2004), ao refletir sobre questões de inclusão educacional para construção de um projeto político pedagógico pela comunidade escolar para efetivação do diálogo teórico com prática de tais condições para elaboração do próprio material explana:

“... a inclusão educacional é mais que a presença física, é muito mais que acessibilidade arquitetônica, é muito mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento da educação especial, pois se impõe como movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares. ”

Conforme Rego (2002, p. 56), alguns princípios podem ser pontuados como potencialmente transformadores do cotidiano e que precisam estar representados no projeto político pedagógico do espaço escolar, pode-se considerar:

“[...] um local que possibilita uma vivência social diferente da do grupo familiar, tem um relevante papel, que não é, como já se pensou, o de compensar carências do aluno e sim o de oferecer a oportunidade de ele ter acesso a informações e experiências novas e desafiadoras capazes de provocar transformações e de desencadear processos de desenvolvimento e comportamento. ”

O PPP da escola analisada busca garantir o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente/1991, a lei nº 7853, que assegura o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos da pessoa portadora de necessidades especiais e sua integração efetiva, e o Decreto nº 914, de 1993, que estabelece a Política para Integração de Portadores de Necessidades especiais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9394/96), fundada nos princípios constitucionais de 1988, incorpora-se a esse movimento quando estabelece ser a educação um direito de todos dando um novo enfoque à educação especial

2.3 A escola municipal Escola Plínio Mendes dos Santos

A escola conforme deliberação CME/MS no 1.605, de dezembro de 2013, está autorizada a ofertar a etapa da educação básica o ensino fundamental, existindo divisões



como: a educação infantil (com crianças de 0 a 6 anos); ensino fundamental iniciando aos 6 anos com duração de 9 anos; educação especial; educação de jovens e adultos.

O PPP relata que: “o papel da inclusão é um desafio para a escola, pois se busca a igualdade de direitos, independentemente da origem e da condição social do aluno.

Este deve ser concebido a partir de seus significados reais, o que só é possível mediante uma mudança de valores e de atitudes na estrutura da sociedade, bem como nas concepções de educação, de modo a permitir a inclusão social do aluno por meio de um processo de integração, que tem por pressuposto a ideia de que todos os educandos são capazes de aprender.

Foi observado nos assistentes escolares, interesse em conhecer melhor as didáticas metodológicas que devem ser utilizadas na condução da aula e o que deve ser aprimorado.

2.4 Objetivos

Principais objetivos a serem alcançados pelo Projeto Político Pedagógico da escola analisada:

- Toda criança pode aprender;
- Construção de laços de solidariedade, atitudes cooperativas e trabalhos coletivos; sim, até mesmo por parte de outros alunos;
- Transformação das práticas pedagógicas, deixando a escola e a sala de aula mais interessantes e agradáveis;
- Criação de redes de apoio com organizações não-governamentais, secretarias de governo, iniciativa privada, rede filantrópica;
- Apoio didático e planejamento, visando dinamizar o cotidiano sócio-psico educativo, valorizando-os como meios de se entender o mundo e sua dinâmica;
- Professor da sala regular assumindo a responsabilidade pelo trabalho pedagógico; com o apoio de assistentes muito dedicados com o trabalho.
- Projetos inclusivistas cooperativos entre todos os envolvidos no processo pais, comunidade, profissionais da escola e de fora;
- Modificação do projeto de avaliação e de ensino;
- Maior valorização das possibilidades, aptidões, dos interesses e do empenho do aluno;



- Priorização do desenvolvimento da autonomia, independência e autoconceito positivo pela participação social;
- Gestão democrática e descentralizada;
- Formação continuada de professores, pedagogos, diretores, pessoal de apoio e demais membros da comunidade escolar;
- Ação, reflexão e redimensionamento da prática escolar com a construção e implementação de um projeto político pedagógico que realmente tenha a marca da escola.

2.5 - O papel do professor no Projeto Político Pedagógico da Escola Plínio Mendes dos Santos

Os professores de acordo com o PPP procuram atuar numa pedagogia progressista (pesquisar), que é insubstituível no processo de aprendizagem, desde que este ao “ensinar”, não desvincule o que ensina da realidade social.

É importante destacar que a formação do professor para atuar no atendimento educacional especializado é estabelecida na PNEE- EI/08.

Sendo assim, na educação especial, segundo Vieira (2012) consiste na utilização pelo professor de instrumentos didáticos que atendam algumas limitações do estudante, sejam físicas ou cognitivas. Segundo a Unesco, "o princípio da escola inclusiva é que todos os estudantes devem, sempre que possível, aprender juntos, mesmo com dificuldades ou diferentes".

O professor deve ter claro, que seu aluno precisa aprender. O aluno deverá encarar o estudo como trabalho e, portanto, necessita de disciplina. Obviamente o aluno terá que ter um referencial, que deve ser o professor. Desta forma estará estabelecida uma relação de respeito mútuo entre professor e aluno.

Colocam o professor como pesquisador e define que a pesquisa define o exercício profissional, é um ato cognitivo, ensina a pensar num nível mais elevado e revela o compromisso com o questionamento reconstrutivo que emerge a proposta de “educar pela pesquisa” para que os alunos também sejam pesquisadores sobre suas experiências de vida cotidiana, formações organizadas pela supervisão, orientação e coordenação da escola, além das que serão oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) no decorrer do ano letivo.



Para uma maior socialização o professor deverá saber usar os recursos disponíveis, produzindo assim ambientes motivadores e instigadores de aprendizagem. A interdisciplinaridade é um avanço, que busca um estilo mais abrangente de formação dos alunos, instigando a leitura, interesses multiplicados pela informação, a trabalhar em equipe com vista a promover o saber pensar e estar aberto para aprender sempre. O professor precisa rever sua teoria e prática de avaliação, com o objetivo de avaliar o processo de aprendizagem do aluno, uma vez que a avaliação é definida como processo permanente da sustentação do ensino/aprendizagem.

Como pode ser visto o PPP da escola coloca o professor com uma atuação bastante abrangente, até mesmo porque esta é sua função, promover um ensino igualitário e sem desigualdade, sendo ator numa situação onde a escola busca cumprir o seu papel que é formar cidadãos para a sociedade procurando ser mais inclusiva possível, já que é um ambiente onde predomina a diversidade e deve ser capaz de ser sensível ao processo de inclusão.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi utilizada metodologia qualitativa observacional analítica considerando análise documental do projeto político pedagógico (PPP) da escola relacionando com observações in loco realizada em junho de 2022. A instituição é uma escola pública do município de Campo Grande/MS, denominada Escola Municipal Professor Plínio Mendes dos Santos, sendo o trabalho desenvolvido como parte do programa de pós-graduação *latu sensu* em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) campus Campo Grande.

4. DISCUSSÃO

O PPP disponibilizado pela escola, que está apresentada na Figura 1 como a entrada principal, como sendo o mais atual foi elaborado em 2017, e mesmo não sendo obrigatório sua atualização periódica é indicado que todos os anos seja revisto, pensando que há possibilidades, mesmo que pequenas, de alterações ou atualizações que contribuam para melhorar o atendimento educacional à comunidade.

Figura 1: Entrada principal da Escola Municipal Professor Plínio Mendes dos Santos.



Fonte: Autor (2022)

Está relatado no PPP que os educandos com deficiências em geral, contam com o apoio de profissionais especializados de acordo com a área solicitada.

A ação docente, na escola, é articulada com a proposta pedagógica de forma organizada e eficaz, visando sempre à qualidade do ensino, contando com a participação de toda comunidade escolar, onde procuramos sempre adequar as nossas atividades voltadas à realidade do aluno.

Temas de combate ao bullying na escola, ações que visam o respeito a dignidade dos alunos, ação que quando trabalhada em outras ações tendem a contribuir com a inclusão escolar.

Dessa maneira Aranha (2004, p. 8) faz a seguinte reflexão:

“uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados.”

No tocante a mobilidade as mesmas possuem rampas de acesso.

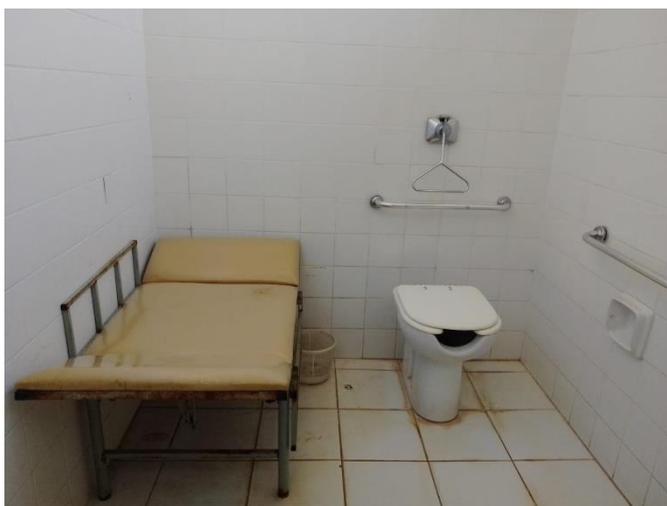
Figura 2: Rampa de acesso escola



Fonte: Autor (2022)

Foi observado que a escola apresenta um banheiro adaptado para pessoas com deficiências, conforme Figura 3, onde normalmente o funcionário encarregado de acompanhar os educandos com deficiência os auxiliam para realização das necessidades fisiológicas e os trocam.

Figura 3: Banheiro adaptado para pessoas com deficiência



Fonte: Autor (2022)

Foi relatado que a escola recebe educandos com deficiência de outras regiões ou escolas do município por possuir estrutura de sala de recursos, adaptações como rampa de acesso, banheiro adaptado e professor especialista para trabalhar com educandos com deficiências.

Algo interessante de pensar é que se a educação inclusiva deve ser trabalhada em todas as escolas, mas algumas escolas não conseguem atender educandos com deficiência

por motivos diversos, então a completude dos educandos estaria sendo trabalhadas de qual forma, quando a própria escola não possibilita a vivência e experimentação dos saberes? '

Na escola foi observado que possui sala de recursos como apresentado na Figura 4, que de maneira generalizada aparenta ser pequena para proporcionar atividades educacionais, também necessita de reforma, é pequena e entulhada, possuem biblioteca, sala de informática e sala de mídia.

Figura 4: Sala de recursos educacionais com materiais usados para aula.



Fonte: Autor (2022)

O grande objetivo é até que ponto a escola pode ajudar esses alunos, fazendo com que os mesmos possam ser inseridos no ambiente, fazer parte dele de forma promover uma educação inclusiva e que valorize as diferenças.

Até mesmo porque, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola diante da proposta de uma educação inclusiva de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, como salienta Beyer (2006):

“Não pode visar somente uma reorganização formal, ou mesmo se embasar em concepções de homem, mundo e sociedade, estanques e desvinculadas da heterogeneidade, mas imprimir uma qualidade, uma nova visão a todo o contexto vivido.”

A interdisciplinaridade foi abordada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de 2002 considerando a integração entre as disciplinas da seguinte forma:

“A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários” (BRASIL, 2002, p. 88-89).



No Brasil existe uma variedade de leis e diretrizes que na teoria deveriam se comunicar com a finalidade de somarem para a melhoria da educação da nação, todavia com a desagregação do foco da educação em especial da educação inclusiva, aparentemente existe um solo fértil para desentendimentos e interpretações que colaboram para a inferiorização da educação inclusiva nacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo traz as seguintes considerações: a partir do objetivo geral, ao analisar de que forma promover uma educação inclusiva com valorização das diferenças, verificou-se que, para que as escolas garantam condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem de todos os estudantes numa perspectiva inclusiva, é de fundamental importância que se dirija um olhar para o Projeto Político Pedagógico.

É neste documento que se deve institucionalizar o atendimento educacional especializado, a fim de garantir a inclusão e participação dos estudantes com deficiência ou dificuldades de aprendizagem nas diversas atividades promovidas pela escola, juntamente com as políticas públicas eficazes

O objetivo é que a mesma seja feita de forma continuada objetivando a inclusão do aluno desde as séries iniciais a Educação superior.

Foi observado na escola analisada que mesmo com dificuldades, existe integração, a maioria consegue ser avaliado junto com os demais alunos, raros são avaliados com um adaptação, depende do que foi absorvido pelo aluno no bimestre, a ajuda sempre forte e presente das assistentes, respeitando singularidades e ritmos de aprendizagem, estimulando o aprender com metodologias de ensino diferenciadas através de jogos e brincadeiras, procurando o individual de cada aluno, porém ao mesmo tempo construindo afeto e solidariedade no coletivo entre esses estudantes, seus colegas e profissionais envolvidos na escola,

Ainda que busca tratar a educação de crianças com necessidades especiais fazendo a escola mais inclusiva possível dentro das suas possibilidades promovendo sua função social.



6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Política nacional de educação especial na perspectiva de educação inclusiva. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 04 jun 2022.

EDLER CARVALHO, Rosita. Educação inclusiva: com os pingos nos is. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MANTOAN, M^a Teresa Eglér. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Nova Escola, maio de 2005.

MATISKEI, Angelina C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas.

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele Lemes. Educação Especial e inclusiva: aproximações e convergências. Disponível em: <https://www.bonsucessomt.com.br/sws/Pasta-PDF-livro/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA.pdf>. Acesso em: 11 jun 2022.

REGO, T. C. Configurações sociais e singularidades: o impacto da escola na constituição dos sujeitos. In: OLIVEIRA, M. K. de.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Org). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.

VIEIRA, A.B. Currículo e Educação Especial: as ações da escola a partir dos diálogos cotidianos. Vitória, UFES, 2012, 326 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação,